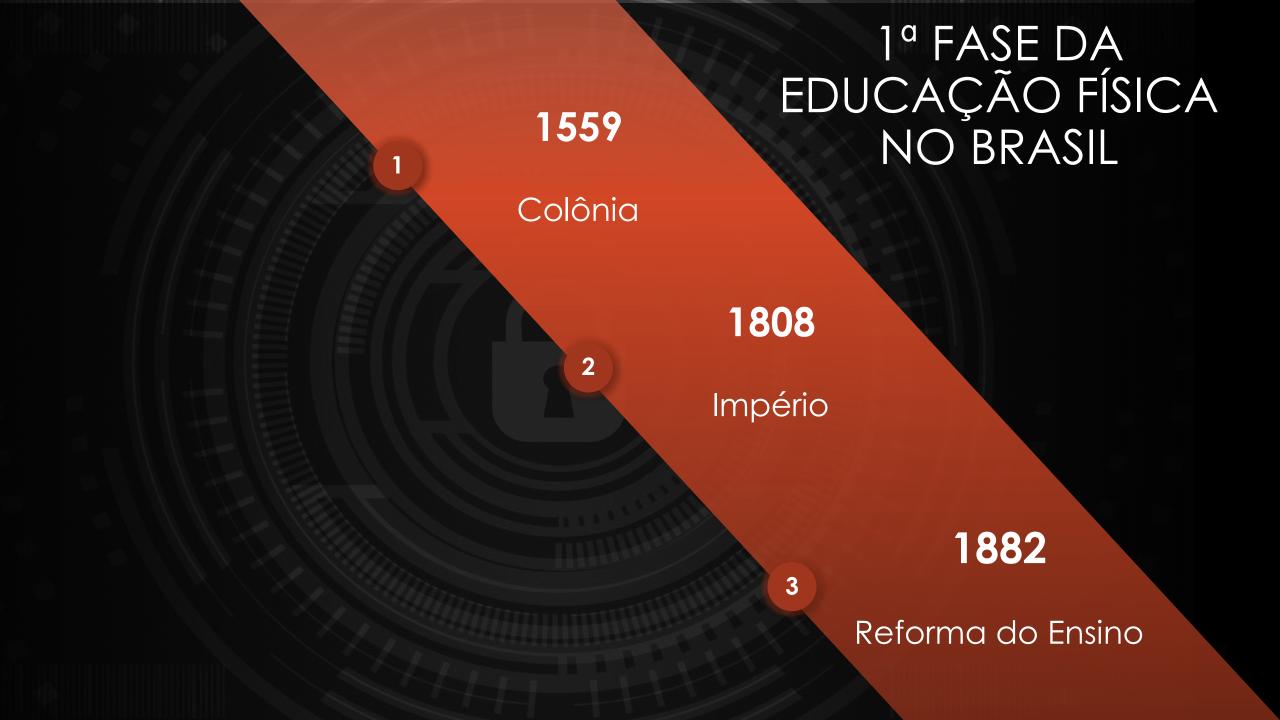
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSCA NO BRASIL

3ª Série Prof. Ivan Lima





A história da Educação Física escolar no Brasil começou numa época bastante conservadora para o país. A introdução desta matéria foi iniciada com as fileiras militares, que eram guiadas por recomendações médicas.

Os primeiros "professores" de educação física no Brasil foram os soldados que aplicavam as práticas da ginástica na época da Imperatriz Dona Leopoldina.

Os primeiros núcleos dessa disciplina foram estruturados no país entre os anos de 1559 e 1759. Durante muito tempo, a Educação Física esteve ligada ao movimento corporal e à prática de peteca, arco e flecha e atividades recreativas.

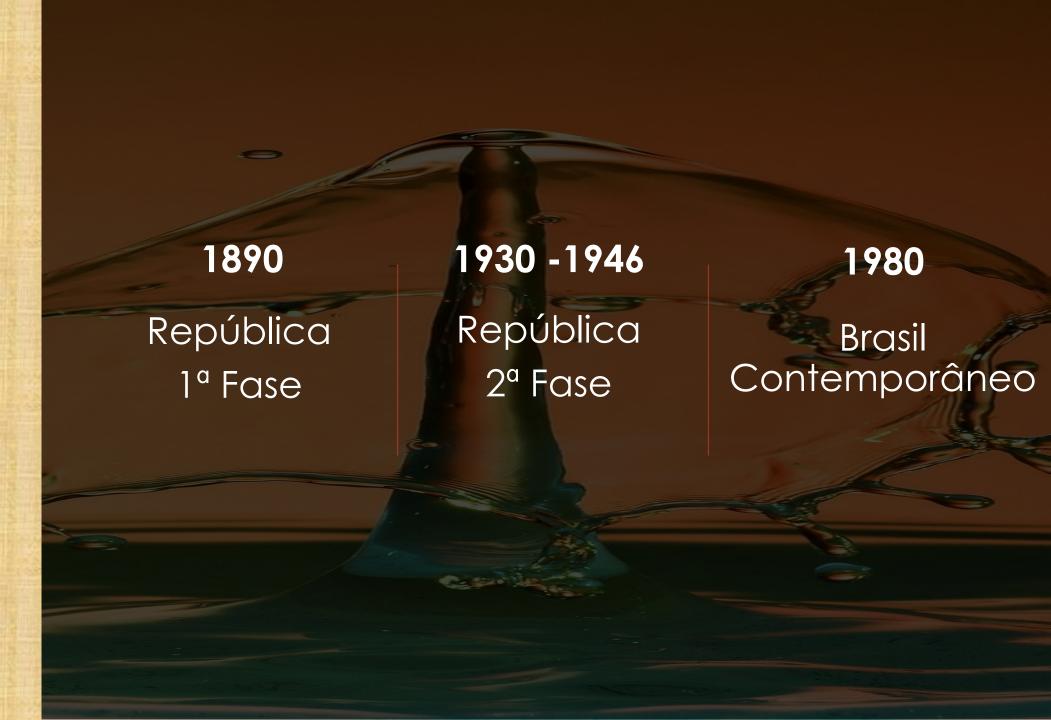
Foi somente no Brasil Império, em **1808** com a vinda da Corte Portuguesa, que se firmaram os primeiros tratados sobre a Educação Física no país.

A educação e a saúde passaram a ser uma preocupação das elites e, neste contexto, os exercícios corporais se tornaram sinônimo de saúde física e mental. As escolas começaram, então, a incluir a ginástica em seus currículos.

Em **1824**, com a promulgação da Primeira Constituição do Brasil, o Império determinou a escolarização dos brasileiros de forma gratuita, mas ainda não existia uma preocupação com a atividade física.

Em 1846, a Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, já tinha aulas de Educação Física.

A importância da Educação Física na formação dos brasileiros se consolida somente em 1882, com o parecer de Rui Barbosa sobre a "Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior", no qual relatava o valor do desenvolvimento físico aliado ao mental nos países mais desenvolvidos e sugeria a obrigatoriedade da prática em todas as escolas e para ambos os gêneros, incluindo a Educação Física como matéria de estudo.



A Educação Física no Brasil república pode ser subdividida em duas fases: a primeira remete o período de 1890 até a Revolução de 1930 (que empossou o presidente Getúlio Vargas); e a segunda fase, configura o período após a Revolução de 1930 até 1946.

Na primeira fase do Brasil república, a partir de **1920**, outros estados da Federação, além do Rio de Janeiro, começaram a realizar suas reformas educacionais e, começaram a incluir a Ginástica na escola (Betti, 1991).

Além disso, ocorre a criação de diversas escolas de Educação Física, que tinham como objetivo principal a formação militar (Ramos, 1982).

No entanto, é a partir da segunda fase do Brasil república, após a criação do Ministério da Educação e Saúde, que a Educação Física começa a ganhar destaque perante aos objetivos do governo.

Nessa época, a Educação Física é inserida na constituição brasileira e surgem leis que a tornam obrigatória no ensino secundário (Ramos, 1982).

Na intenção de sistematizar a ginástica dentro da escola brasileira, surgem os métodos ginásticos (gímnicos). Oriundos das escolas sueca, alemã e francesa, esses métodos conferiam à Educação Física uma perspectiva eugênica, higienista e militarista, na qual o exercício físico deveria ser utilizado para aquisição e manutenção da higiene física e moral (Higienismo), preparando os indivíduos fisicamente para o combate militar (Militarismo) (Darido e Rangel, 2005).

O higienismo e o militarismo estavam orientados em princípios anátomo-fisiológicos, buscando a criação de um homem obediente, submisso e acrítico à realidade brasileira.

Com a tomada do Poder Executivo brasileiro pelos militares, ocorreu um crescimento abrupto do sistema educacional, onde o governo planejou usar as escolas públicas e privadas como fonte de programa do regime militar (Darido e Rangel, 2005).

Naquela época o governo investia muito no esporte, buscando fazer da Educação Física um sustentáculo ideológico, a partir do êxito em competições esportivas de alto nível, eliminando assim críticas internas e deixando transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento (Darido e Rangel, 2005). Fortalece-se então a ideia do esportivismo, no qual o rendimento, a vitória e a busca pelo mais hábil e forte estavam cada vez mais presentes na Educação Física.

Dentre uma das importantes medidas que impactaram a Educação Física no período contemporâneo, está a obrigatoriedade da Educação Física/Esportes no ensino do 3º Grau, por meio do decreto lei no 705/69 (Brasil., 1969).

Segundo Castellani Filho (1998), o decreto lei no 705/69 (Brasil., 1969), tinha como propósito político favorecer o regime militar, desmantelando as mobilizações e o movimento estudantil que era contrário ao regime militar, uma vez que as universidades representavam um dos principais pólos de resistência a esse regime.

Desta forma, o esporte era utilizado como um elemento de distração à realidade política da época. Ademais, a Educação Física/Esportes no 3º Grau era considerada uma atividade destituída de conhecimentos e estava relacionada ao fazer pelo fazer, voltada a formação de mão de obra apta para a produção (Darido e Rangel, 2005).

No entanto, o modelo esportivista, também chamado de mecanicista, tradicional e tecnicista, começou a ser criticado, principalmente a partir da década de 1980. Entretanto, essa concepção esportivista ainda está presente na sociedade e na escola atual (Darido e Rangel, 2005).

3° FASE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Educação Física na atualidade, a partir de 1980

Durante a década de 1980, a resistência à concepção biológica da Educação Física, foi criticada em relação ao predomínio dos conteúdos esportivos (Darido e Rangel, 2005). Atualmente, coexistem na Educação física, diversa concepções, modelos, tendências ou abordagens, que tentam romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional que outrora foi embutido aos esportes.

Entre essas diferentes concepções pedagógicas pode-se citar: a psicomotricidade; desenvolvimentista; saúde renovada; críticas; e mais recentemente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil., 1997).

Em 1996, com a reformulação dos PCNs, é ressaltada a importância da articulação da Educação Física entre o aprender a fazer, o saber por que se está fazendo e como relacionar-se nesse saber (Brasil., 1997).

De forma geral, os PCNs trazem as diferentes dimensões dos conteúdos e propõe um relacionamento com grandes problemas da sociedade brasileira, sem no entanto, perder de vista o seu papel de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal.

Os PCNs buscam a contextualização dos conteúdos da Educação Física com a sociedade que estamos inseridos, devendo a Educação Física ser trabalhada de forma interdisciplinar, transdisciplinar e através de temas transversais, favorecendo o desenvolvimento da ética, cidadania e autonomia.

De forma geral, pode-se concluir que a Educação Física vem se desenvolvendo no Brasil à partir de importantes mudanças político-sociais e que atualmente é vista como um elemento essencial para a formação do cidadão Brasileiro.

BLIBLIOGRAFIAS

Betti, M. Educação Física e Sociedade. São Paulo: Movimento. 1991.

Brasil. Decreto-lei 705/69, de 25 de julho de 1969. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. D.O.U. de 28.7.1969, 1969.

Brasil. Parâmetros curriculares nacionais: Educação física Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF 1997..

Castellani Filho, L. Política educacional e educação física. Campinas Autores Associados. 1998.

Darido, S. C. e Rangel, I. C. A. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

Gutierrez, W. História da Educação Física. 1972.

Ramos, J. J. Os exercícios físicos na história e na arte. São Paulo: Ibrasa. 1982.